

Luís Miguel Duarte *

O vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações **

1. AQUILO DE QUE PARTIMOS

Sendo muito menos do que desejaríamos, é ainda assim bastante bom. Recapitulando os estudos que, directa ou aproximadamente, se debruçaram sobre terras e temas da nossa área e da nossa cronologia, ocorrem-nos de imediato, entre outros:

1. *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, de Luís Filipe Lindley Cintra, datado de 1959;
2. Os preciosos artigos *Documentos de Santa Maria de Aguiar*¹, *Fronteiras entre Portugal e Leão em Riba-Coa antes do tratado de Alcañices (1297)*², *Ribacoa sob o domínio de Portugal no reinado de D. Afonso Henriques – o Mosteiro de Santa Maria de Aguiar de fundação portuguesa e não leonesa*³, da autoria de Rui de Azevedo;
3. O essencial da obra de Almeida Fernandes, de que destacaremos *Os primeiros documentos de Santa Maria da Salzeda (até à morte da fundadora)*.

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador da linha de investigação em História Medieval do GEHVID.

** Este texto foi lido na sessão plenária do primeiro dia do nosso Encontro; pretendia fazer um ponto da situação dos conhecimentos e das dúvidas e, sobretudo, suscitar uma troca de impressões. Esta foi enriquecida com intervenções dos seguintes investigadores: Prof^a Dr^a Maria Helena da Cruz Coelho, Prof. Dr. José Marques, Prof. Dr. Francisco Ribeiro da Silva, Dr. Luís Roseira, Dr. Rui Tavares, Dr. Carlos Alberto Brochado de Almeida, Dr. Luís Carlos Amaral, Dr. José Augusto Pizarro. Procurei inserir as respectivas contribuições no texto que se segue. Pedindo desculpa se não fui rigorosamente fiel às ideias que expressaram, aproveito para agradecer o valioso contributo que deram a esta reunião científica.

¹ «Revista Luzitana» 13 (1910), nºs 1 e 2.

² «Biblos» 10 (1934), p. 454-466.

³ *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2ª série, 12, 1962, p. 229-298.

*Comentários e defesa*⁴, *o Livro das Doações de Tarouca*⁵, *Acção das Linhagens no Repovoamento*⁶, *As Origens nas Igrejas da Diocese Lamecense*⁷, *Arouca na Idade Média pré-nacional*⁸, *Acção dos Cistercienses de Tarouca*⁹, *Toponímia Taroucense*¹⁰, entre outros.

4. A volumosa monografia de M. Gonçalves da Costa, *História do Bispado e Cidade de Lamego*¹¹;
5. Um punhado de outras monografias, de âmbito mais limitado e de valor desigual, mas cada qual com o seu contributo, como a de Torre de Moncorvo, de Maria da Assunção Carqueja, de Mondim da Beira, de Leite de Vasconcelos, de Murça, por João Luís Teixeira Fernandes, de Carrazeda de Ansiães, por Cândida Florinda Ferreira, de Freixo de Numão, por João Albino Pinto Ferreira, das Terras do Alto Paiva, por Manuel Fonseca da Gama, da Meda, por Adriano Vasco Rodrigues, do eremitério de N^a S^a da Teixeira (Torre de Moncorvo), por José Augusto Tavares, etc.
6. Cronologicamente mais perto de nós, destacaria os trabalhos do Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo (com o senão de o respectivo esforço arqueológico não ter dado os resultados escritos de que carecemos)¹², a dissertação de mestrado de Paulo Dordio Gomes, intitulada *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*¹³, a recentemente publicada dissertação de mestrado de Joaquim António Gonçalves Guimarães, *Gaia e Vila Nova na Idade Média – Arqueologia de uma área ribeirinha*¹⁴ e os vários trabalhos de José Marques sobre

⁴ Separata da «Revista de Guimarães» 44 e 45 (1985). A completar com o trabalho *O Livro das Doações da Salzedá*, sep. de «Beira Alta», Viseu, 1979-1982.

⁵ 3 vols, Ed. da Câmara Municipal de Tarouca (Braga, 1991-93).

⁶ Porto, 1960.

⁷ Porto, 1963.

⁸ Aveiro, 1965.

⁹ Guimarães, 1976.

¹⁰ «Beira Alta», desde 1982.

¹¹ Com relevo para o 1º volume – «Idade Média: a Mitra e o Município» (Lamego, 1977) e o 2º – «Idade Média: Paróquias e Conventos» (Lamego, 1979), embora o 3º volume se revele também de grande utilidade para o conhecimento dos séculos medievos.

¹² A excepção é o opúsculo *Escavações Arqueológicas na Igreja de S. Mamede (Torre de Moncorvo)*, da autoria de Alexandra Cerveira Lima, Miguel Rodrigues, Nelson Rebanda, Paulo Dordio Gomes e Ricardo Teixeira, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» 3/4, vol. 28 (1988), p. 187-204 + 3 estampas. Em contrapartida é de seguir com interesse a recente revitalização de projectos museológicos na localidade, que já produziu duas publicações.

¹³ E «ensaiada» no artigo *O Povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro. Primeiras Impressões e Hipóteses de Trabalho*, «Arqueologia Medieval» 2 (1993), p. 171-190.

¹⁴ Porto, U. Portucalense, 1986.

o povoamento, nomeadamente em Trás-os-Montes, mas cujas sugestões devem ser testadas no vale do Douro¹⁵.

7. Finalmente, chamo a atenção para a imensa investigação dos historiadores espanhóis sobre o vale deste rio, de alguma forma desencadeada pelos trabalhos clássicos de Claudio Sánchez-Albornoz nos anos 50 e 60 e pelas respostas que suscitaram, até às recentes e riquíssimas sínteses de García de Cortázar. Todos esses trabalhos deverão ser estudados com a maior atenção, mas com a consciência de que «os dois Douros» espanhóis não são iguais ao «Douro português», para retomar Cortázar (aliás podíamos começar por lembrar que, também a oeste da fronteira, não há um, mas sim pelo menos «dois Douros»).¹⁶

2. O QUE TEMOS VINDO A FAZER

Para além da imprescindível constituição de uma base de dados (bibliografia, fontes, cartografia, fotografia aérea, etc.), os nossos estudos estão a decorrer a dois níveis que esperamos complementares: investigação sobre documentos (que poderão conduzir a trabalhos monográficos sobre o património de Tarouca, sobre Santa Maria de Aguiar, sobre a propriedade do Cabido da Sé do Porto segundo o respectivo *Censual*, etc.), e campanhas arqueológicas na Abadia Velha de Salzedas, em Ansiães, em Numão, no Monte Cálabre. Uma das linhas de pesquisa tem como objectivo, a modo de síntese, estudar as *Continuidades e rupturas da organização do povoamento no vale do Douro durante a Idade Média*¹⁷. Apresentemos resumidamente as campanhas arqueológicas:

¹⁵ Lembremos, por exemplo: *O Povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII*, «Estudos Transmontanos» 1 (1983), p. 105-130; *Povoamento e defesa na estruturação do Estado medieval português*, «Revista de História» do C.H.U.P, 8 (1988), p. 9-34; *Aspectos do povoamento no Norte de Portugal nos séculos XIII-XIV*, Guimarães, 1995. Omito, por economia de exposição, o vasto rol de trabalhos publicados ou em curso sobre o Porto medieval.

¹⁶ Por todos, consulte-se o volume *Despoblación y colonización del valle del Duero (siglos VIII-XX)*. IV Congreso de Estudios Medievales da Fundación Sánchez-Albornoz, Ávila, 1995, em particular as contribuições de José Angel García de Cortázar – *Las formas de organización social del espacio del valle del Duero en la Alta Edad Media: de la espontaneidad al control feudal* (p. 11-44), de José María Mínguez – *Innovación y pervivencia en la colonización del valle del Duero* (p. 45-79), de Manuel Riu – *Testimonios Arqueológicos sobre poblamiento del Valle del Duero* (p. 81-102), de Pascual Martínez Sopena – *Repoblaciones interiores, villas nuevas de los siglos XII y XIII* (p. 161-187), de Ángel Barrios García – *Poder y espacio social: reajustes del poblamiento y reordenación del espacio extremadurano en los siglos XIII-XV* (p. 225-276) e por último, pese embora o seu carácter genérico, patente no título, Alberto Marcos Martín – *Espacio y Población: movimientos demográficos, densidades humanas y concentraciones urbanas en la España Moderna* (p. 359-374).

¹⁷ O responsável é Paulo Dordio Gomes. O projecto vem na continuação da sua tese de mestrado, já referida, e prestará especial atenção às vias, pontes e locais de travessia do Douro e seus afluentes, etc.

2.1. A Abadia Velha e o Mosteiro de Salzedas

É uma intervenção sobre as ruínas da igreja românica conhecida como Abadia Velha¹⁸. Assume-se como um projecto de arqueologia espacial, que pretende estudar o conjunto abacial em várias dimensões: os edifícios religiosos, o couto de Salzedas e o património do mosteiro exterior ao couto. A campanha de 1995, pressionada por lamentáveis «terraplanagens» no local, limitou-se a acções de limpeza, preservação e registo. Fez-se o desenho das estruturas visíveis da igreja à escala 1:20; foram registados todos os silhares dispersos pela área da igreja e desenhadas as siglas que ocorrem nesses silhares; inventariaram-se todos os elementos escultóricos existentes; procedeu-se à limpeza da vegetação envolvente e deu-se início à consolidação das ruínas. Seguem-se as seguintes acções: levantamento topográfico da área envolvente das ruínas; sondagens na zona provável da frontaria e na área a Norte da igreja; escavação do forno telheiro existente a Sul; continuação da limpeza de vegetação e da consolidação das ruínas¹⁹.

Como apoio documental a esta intervenção, para além do exame da escassa documentação que sobreviveu, sabe-se que há elementos úteis em treslados das épocas moderna e contemporânea²⁰.

2.2. Monte Cálabre²¹

No presente estágio dos nossos (des)conhecimentos, parece ser um dos maiores desafios. A interpretação do sítio é extremamente complexa, e estamos apenas em fase de prospecção, recolhendo materiais de superfície, fotografando os vestígios mais notáveis e o património construído e cartografando os locais. A dificuldade interpretativa encaminhou de imediato a equipa para alargar a prospecção a áreas envolventes²². Só sondagens arqueológicas poderão decidir o futuro da intervenção, ou no próprio Monte Cálabre ou em locais próximos, como Olival dos Telhões²³.

¹⁸ Freguesia de Ucanha, concelho de Tarouca, distrito de Viseu.

¹⁹ Os coordenadores desta campanha foram Ricardo Teixeira, Miguel Rodrigues, José Ignácio de la Torre, Rosário Melo e Mário R. Soares.

²⁰ Veja-se como exemplo a minha comunicação a este I Encontro – *O Aforamento Colectivo da Aldeia de Vila Chã pelo Mosteiro de Salzedas em 1295*.

²¹ Freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa. Responsáveis: Pedro Faria, Rosário Marques e Susana Cosme.

²² Seleccionadas a partir da toponímia, da bibliografia e de informações orais.

²³ As prospecções em zonas vizinhas incluíram: Aldeia Nova/Olival dos Telhões, Quinta da Olga, Fonte da Torre, Castelo de Algodres, Algodres, Rodo do Castelão, Ponte 'romana' de Escalhão, Calçada de Alpañares, Capela de Santo Cristo – Barca de Alva.

Calabria é talvez, para o período tardo-romano e godo, a estação mais misteriosa – esperemos que não se venha a tornar numa das mais decepcionantes²⁴. Resolvido o problema da sua localização – o que não foi fácil: ainda há poucos anos historiadores consagrados situavam a cidade nas mais desvairadas paragens – restam-nos os de saber quando nasceu, a partir do quê, como e porque se transformou em sede de bispado, quando e porque se despovoou. Hoje Calabria é um monte de muito difícil acesso, cujo cimo está rodeado pelos restos de uma muralha em xisto não aparelhado (e essa muralha não é, ela própria, isenta de problemas de interpretação). As sugestões mais lógicas apontam para que possa ter sido um castro, depois romanizado²⁵. O espólio arqueológico conhecido, pouco e disperso, é sobretudo romano.

Calabria aparece pela primeira vez referida documentalmente no Paroquial Suévico, como uma das nove paróquias do bispado de Viseu; e surge como bispado visigótico na *Divisão de Wamba*²⁶, no século VII, com os limites ocidentais e orientais. Segue-se a conquista muçulmana; datará dela o abandono? Só voltamos a ouvir falar da cidade no século XII, quando o rei Fernando II, de Leão, restaurar a diocese de Calabria, mas agora com sede em Ciudad Rodrigo. Julgamos que o local estaria há muito deserto.

As primeiras prospecções lançaram ainda mais dúvidas sobre estes escassos testemunhos²⁷: interrogamo-nos mesmo, em voz baixa, se no cimo daquele monte existiu alguma vez uma cidade ou, sequer, um assentamento humano digno de nota.

2.3. Vila Velha de Numão²⁸

Para além de prospecção no morro do castelo e em localidades próximas, procedeu-se a um levantamento topográfico das muralhas do castelo, da barbacã, da Igreja de S. Pedro e respectiva necrópole e da Igreja de Santa Maria de Intramuros²⁹. Seguir-se-á o levantamento topográfico de todas as estruturas existentes

²⁴ As primeiras sondagens parecem apontar nesse sentido; claro que o problema pode estar nas nossas perguntas e não na avareza dos vestígios locais.

²⁵ Não iremos tão longe como Dinis Cabral, segundo o qual Júlio César, em pessoa, esteve lá. Provas? Amor à terra, imaginação e boa vontade.

²⁶ «Caliabrica, quae apud cum gothos sedes fuit».

²⁷ José Ignacio de la Torre Rodríguez tem entre mãos uma recolha exaustiva do que, ao presente, se sabe sobre Calabria. Terminou já a primeira parte dessa recolha, até à conquista árabe: *Sobre la sede obispal de Caliabria: estado de la cuestión* (no prelo).

²⁸ Responsáveis: Heloísa Valente dos Santos, Isabel Alexandra Lopes e Paula Barreira Abranches. No âmbito de uma bolsa do Instituto da Juventude, estas arqueólogas produziram já uma síntese preliminar.

²⁹ Foram já colocados pontos auxiliares, no interior da muralha, para implantar uma quadrícula para futura escavação.

no interior da muralha e uma sondagem arqueológica na área da Igreja de S. Pedro.

2.4. *Ansiães*³⁰

Além da limpeza de vegetação na zona superior do castelo (torre e anexos), zona da cisterna e plataforma envolvente, foi feito o levantamento topográfico de toda a área amuralhada e uma recolha de materiais arqueológicos de superfície, nomeadamente cerâmica e moedas³¹: esta permite desde já afirmar que Ansiães teve ocupação humana desde o período calcolítico até à época contemporânea. Foi ainda feita a limpeza da Igreja de S. João Baptista (extra-muros)³².

3. O QUE OUTROS TÊM VINDO A FAZER

Chamo a atenção para trabalhos de outros investigadores nesta mesma área. Penitenciando-me desde já por qualquer omissão, salientaria a dissertação de Mestrado de António Maria Vicente, intitulada *Santa Maria de Aguiar, um mosteiro de Fronteira – património e paisagem rural* (Lisboa, 1996) e a campanha arqueológica dirigida por Gonçalves Guimarães, na Ervamoira, que se previa «romana» mas que poderá estar já a encontrar vestígios alti-medievos.

4. ALGUMAS DAS NOSSAS PRINCIPAIS INTERROGAÇÕES

1. Começam cedo. Olhamos com grande interesse para tudo o que venha dos estudos sobre a ocupação romana. Gostaríamos de ver mais clara a divisão em «civitates», de conhecer melhor as respectivas sedes. Gostaríamos de conhecer melhor a ocupação tardo-romana. É que, quando se estuda o povoamento nesta zona, fica-nos quase sempre essa impressão: é tudo romano³³. Daí a importância que tem para nós a dissertação de doutoramento de Francisco Sande Lemos, os

³⁰ Responsáveis: Luís Pereira e Nuno Soares.

³¹ Saliente-se desde já a valia da colecção numismática reunida.

³² Constatando-se o perigo de ruína eminente, solicitou-se uma intervenção de emergência do IPPAR para a consolidação do templo.

³³ Por vezes, anterior, e bem anterior; mas sempre com uma ocupação do período romano. Comentando este passo da minha exposição, Carlos Alberto Brochado de Almeida sublinhou a dificuldade de separar, em *determinados aspectos concretos*, o tardo-romano do visigótico, já que a tradição romana perdura muito para além do fim do Império, registando-se, em algumas características das casas, das cerâmicas, etc., vestígios de uma aculturação dos suevos e visigodos.

numerosos trabalhos da responsabilidade de Lino Tavares Dias e da sua equipa³⁴; daí a importância de conhecer as estradas romanas principais e os itinerários secundários, os locais de travessia do Douro e dos seus afluentes, as estações de *muda*, porque tais elementos podiam decalcar caminhos anteriores e, sobretudo, porque eram fortemente estruturantes do povoamento. Aproveitamos para deixar desde já, para reflexão, uma das ideias centrais que Paulo Dordio vincou reiteradamente ao longo dos seus dois trabalhos: o contraste entre os problemas do povoamento transmontano, feito tantas vezes de *vilas novas* fundadas com tanto de voluntarismo como de poucas condições para vingarem, e o povoamento do vale do Alto Douro, muito mais antigo e consistente, do que resultam estabelecimentos humanos de plana complexa e sobreposta. Fique, sobre o assunto, um derradeiro desabafo: não ajuda muito à compreensão da sequência cronológica da ocupação dos sítios o tropeçar-se a cada passo com vestígios arqueológicos que, se em alguns casos são facilmente reconhecíveis, e talvez datáveis, em outros – estou a pensar nos célebres lagares – tipologicamente parecem romanos mas podem vir a revelar-se dos últimos anos da monarquia.

Não temos praticamente nenhuma informação dos períodos suevo e visigótico. À excepção do paroquial suévico, que nos dá muito pouco, dependemos uma vez mais da arqueologia.

2. Cristalizamos as nossas perplexidades sobre estes séculos em torno de um estranhíssimo monte – o Monte Cálabre. Já resumi o «estado da arte» de acordo com o que sabemos do assunto.

3. Passemos à presença árabe no vale do Douro; continua o vazio. Fala-se recorrentemente no arco em ferradura de S. Pedro de Balsemão e na cisterna do castelo de Lamego. Partindo do princípio que são dois testemunhos incontornáveis da ocupação muçulmana, ficamos como antes: afinal já sabíamos que os exércitos islâmicos ocuparam a região durante várias décadas. A animação que se nota no período imediatamente posterior à Reconquista, associada à permanência toponímica, aponta para uma continuidade das populações cristãs, ainda que sujeitas a reorganizações e deslocamentos pontuais. Podemos fazer incómodas perguntas de malha mais fina, tais como: a conquista árabe, nos seus primeiros anos (711-716) fez afluir ao Vale do Douro muitos refugiados, densificando a população? E depois a presença dos muçulmanos em Lamego afectou essa mesma rede? Não sabemos como foi exactamente a ocupação de Lamego, em 715 – pode ter sido pacífica³⁵. Lamego era uma cidade, uma sede de bispado³⁶; por isso foi ocupada por um representante directo do califa, um *váli*, e se constituiu

³⁴ Nomeadamente a recente dissertação de doutoramento deste autor, sobre Tongobriga.

³⁵ Em Lafões, bem perto, foi o que aconteceu, graças a um pacto com um chefe local.

³⁶ O bispo refugiara-se no Noroeste da Galiza.

num *valiado* até ao regresso dos cristãos, na segunda metade do século IX. O domínio muçulmano durou, por aqui, 150 anos. Como se processou ele? Quantos e quem eram de facto os ocupantes? Como exerceram a sua dominação político-militar³⁷? Por outro lado, não era uma cidade imponente, um baluarte da presença árabe; e isso reflectir-se-ia na Reconquista. Tivessem os exércitos cristãos de se defrontar com uma oposição muito forte, isso obrigá-los-ia a serem, eles também, fortes, coesos, bem comandados – a darem um salto qualitativo na sua organização; foi o que se passou em outras regiões da Península e, em particular, de Portugal. Não se notou no Alto Douro. Não havia, no Nordeste Transmontano, linhagens de perfil correspondente às do Entre Douro e Minho: os Braganções, cuja ascensão, trajectória e desaparecimento são razoavelmente conhecidos³⁸, envolveram-se sobretudo nos confrontos entre Portugal e Leão. Ora a guerra entre cristãos não nobilita e raramente enriquece. Isso deverá sempre ser tido em conta para compreender a história futura, sobretudo do Douro Sul.

Afonso III põe temporariamente fim à presença árabe: Lamego torna-se um *comitatus* cristão, e julgamos que o bispo da cidade regressa à sua igreja. Nos primeiros anos do século X, Lamego parece prosperar, são numerosos os habitantes. As crónicas da Reconquista atribuem esse surto de animação à acção daquele rei; há quem pense que lhes deve ser dado, a tal propósito, algum ou muito desconto, e que as pessoas e as actividades já lá estariam.

Ao findar o século X, o contra-ataque de Almançor restabelece a soberania muçulmana, embora mantendo em funções o *comes* de Lamego, que se lhe aliou³⁹. No seu regresso da Galiza, Almançor terá estanciado em Lamego. As seis décadas desta segunda presença interrompem-se em 1057, quando Fernando Magno reconquista de vez a cidade. Almeida Fernandes nota que o rei encontrou em Lamego muitas igrejas e muitos cristãos. O que se passa na zona nos anos subsequentes⁴⁰? O bispo não é residente⁴¹, o que coloca algumas interrogações, como a de saber quem terá ficado à frente do civil e do militar: Garcia Moniz, dos de Ribadouro, até 1064⁴²? Depois desta data, temos o Conde Sisnando no território a Sul do Douro, «ex Lameco usque ad mare per aquam fluminis Durii», até às linhas inimigas. Das três sedes episcopais desta zona, Lamego terá sido a primeira a recuperar o seu bispo, em 1071: chamava-se Pedro e foi nomeado expressamente pelo rei Sancho I.

³⁷ Para além da arqueologia, seriam necessários estudos de toponímia. Ora todos sabemos como tais estudos são terrivelmente exigentes e como é fácil inventar étimos e discorrer levemente sobre evoluções de palavras.

³⁸ Chamo a atenção para a preciosa comunicação de José Augusto Pizarro a este Encontro.

³⁹ Circunstância que não foi inédita nesse tempo.

⁴⁰ Coimbra é reconquistada em 1064.

⁴¹ Vive na Galiza.

⁴² Como pensa Almeida Fernandes (*Livro das Doações da Salzeda...*, p. 9, nota 11).

Quanto aos chefes militares e administrativos a Sul do Douro, ou temos silêncio ou sucessão rápida de nomes⁴³. Sisnando esvaziará as sedes de Lamego e de Viseu, sujeitando-as à de Coimbra, ainda que esta não tivesse bispo residente⁴⁴.

Morto Sisnando, e já em presença de D. Raimundo (e de D. Henrique, subordinado ao primeiro), são restauradas algumas tenências de determinadas «terras». Os tenentes de Lamego são os descendentes de Egas Moniz⁴⁵. Mas só em 1147, vencida a resistência do bispo de Coimbra, Lamego voltaria a ter o seu próprio bispo⁴⁶. Egas Moniz era o *tenens* de Lamego desde 1112; sê-lo-á com intervalos (devido às posições que tomou no conflito entre Dona Teresa e o filho) até morrer, em 1146.

No século XII, nomeadamente a partir da independência de Portugal, os documentos, não sendo numerosos, começam a ser mais e um pouco mais faladores. Surgem então várias direcções possíveis de pesquisa:

1. A luta pelo domínio político-militar das terras de Ribacôa envolve directamente os reinos de Portugal e Leão e prolongar-se-á até ao Tratado de Alcañices, em 1297: nela se inserem, nomeadamente, a fundação do mosteiro de Santa Maria de Aguiar, ao que tudo indica pelos «monges de D. Afonso Henriques», a criação da Ordem de S. Julião do Pereiro (futura Alcântara), a construção de uma linha de castelos famosos. Sublinhe-se desde já que, sobretudo no que diz respeito a Trás-os-Montes, é claríssima a dinâmica de organização do povoamento dominada por uma forte vontade política, mais do que pelas realidades locais. A história transmontana desta época tem que ser encarada de olhos postos na fronteira: por isso, a importância da região vai sensivelmente até 1230, data da união de Castela e Leão, com Fernando II. A partir desse momento, Castela como que se desinteressa deste território e Portugal afirma por fim o seu poder. A história política tem que ser claramente privilegiada.
2. A realidade transmontana contrasta com o povoamento⁴⁷ do Vale do Douro, com o aparecimento ou consolidação de determinadas formas de dominação política e social: são fontes destacadas para este tema os numerosos forais outorgados pela Coroa ou por particulares, algumas *cartas de povoamento* e vários *aforamentos colectivos*. Os arqueólogos do GEHVID

⁴³ Veja-se Almeida Fernandes, *Livro das Doações da Salzeda...*, p. 9, nota 11.

⁴⁴ O titular foi o célebre bispo Paterno, falecido em 1087; era representado por um prior ou um arce-diago.

⁴⁵ Egas Ermiges, Afonso Peres e outros.

⁴⁶ Creio que permanece em aberto a questão de saber se esta restauração está ligada com a reconquista de Santarém, como defende Carl Erdmann, ou se nada tem a ver com tal facto, como defende Almeida Fernandes.

⁴⁷ Ou repovoamento; ou reordenação do povoamento.

não escolheram ao acaso as estações mencionadas: em Calabria procura-se compreender um núcleo tardo-romano e alti-medieval⁴⁸, uma sede episcopal suévica, despovoada em data incerta; Numão e Ansiães poderão fazer luz sobre outras etapas do povoamento duriense.

3. O recurso aos estabelecimentos religiosos é, aqui, menos compensador do que em outras regiões. Do grande cenóbio transmontano de Castro de Avelãs restam pouquíssimos documentos; Santa Maria de Aguiar continua a ser estudada e os dois mosteiros de Salzedas também, esperando-se que a arqueologia compense de alguma forma os irremediáveis vazios documentais⁴⁹. Estamos a explorar alguma documentação do Arquivo Distrital de Viseu e da Biblioteca Municipal dessa cidade com o mesmo objectivo⁵⁰. S. João de Tarouca merece-nos uma atenção especial⁵¹. Infelizmente devemos conformar-nos com o vazio quase total sobre S. Pedro das Águias.
4. Começámos já a investigação sobre os três coutos do arcebispo de Braga no Douro: Gouvães, Provezende e S. Mamede de Ribatua, com a transcrição de documentos, copiados nos *Rerum Memorabilia*. Espera-nos o imenso manancial das *Gavetas dos Coutos* e algumas outras fontes guardadas no Arquivo Distrital de Braga.

5. POVOAMENTO/DESPOVOAMENTO

Não é oportuno remeter para discussões de conceitos. Todos temos consciência de como este tema é altamente complexo; basta acompanhar os recentes trabalhos de García de Cortázar e da sua equipa para se fazer uma ideia de como se tornou exigente a hermenêutica da documentação (muita dela escassa e lacónica) para chegar ao que se vem chamando a *organização social do espaço* ou a *atribuição social do espaço*⁵². Deixaremos apenas algumas ideias gerais para reflexão.

⁴⁸ Pelo menos é o que julgamos, de momento.

⁴⁹ Devidos, entre outras razões, a incêndios, o pior dos quais em 1841, em Lamego, no edifício que guardava estes e outros cartórios religiosos.

⁵⁰ Sobretudo trasladados dos séculos XVII e XVIII.

⁵¹ Mónica Orejón Sardón, da Universidade de Valladolid, tem entre mãos o estudo do *Livro das Doações de Tarouca*, publicado em 1991 por A. de Almeida Fernandes (edição da Câmara Municipal de Tarouca; este investigador acrescentou depois dois volumes de índices que são verdadeiros estudos toponímicos e antroponímicos); o GEHVID conseguiu recentemente acesso a preciosa documentação deste mosteiro do início do século XVI, depositando grandes esperanças no respectivo estudo.

⁵² Apenas um exemplo: «La documentación del último tercio del siglo IX sugiere ese tránsito. Al menos, indica tres situaciones que, aunque, a veces, son simultáneas, acaban constituyendo una secuencia, mostrando una tendencia inequívoca. Tales situaciones son: la *villa* en su sentido de gran explotación; el *caserío*, que parece implícito en expresiones de los documentos cuando señalan

O vale deste rio, inicialmente a partir do Douro Médio e mais ainda no Alto Douro, foi sempre, durante a longa duração que nos ocupa, uma região periférica, e muitas vezes de fronteira. Periférica em relação a quase todos os eixos mais importantes de deslocação de pessoas e de bens; periférica em relação aos eixos de deslocação e centros de instalação de reis e mandantes⁵³. Os monarcas quase nunca vão ao Douro; os corregedores pouco. Não é por acaso que a paisagem urbana é pouco menos do que desoladora: há Lamego⁵⁴, há Viseu – e depois há algumas *vilas* (antigas ou «novas»). E haverá sobretudo *aldeias*.

Zona de fronteira: a leste, com Leão, como já vimos; sempre a leste, depois, com Castela; a sul, com os muçulmanos, durante a Reconquista. O que nos permite um desvio para uma questão clássica sempre que temos pela frente um rio: o Douro une ou separa⁵⁵? Podemos recorrer a um subterfúgio de palavras: o Douro *articula* – mas ficamos quase na mesma. Julgamos que, na maior parte do seu curso em território português, o Douro separa⁵⁶. Isto até ao século XIX, com as primeiras travessias permanentes no Porto e na Régua, e dependendo, evidentemente, da época do ano e do caudal. Por isso é necessário estudar portos, barcas de passagem, eventuais pontes hoje desaparecidas.

Periferia, fronteira, fim do mundo – as questões do povoamento tingem-se aqui de tonalidades muito próprias, exigindo precauções suplementares no trabalho com a documentação: Vila Boa de Montenegro, objecto de foral dionisino em 1301, mas que nunca vingou como povoação, aí está para nos lembrar disso. Paulo Dordio encontrou, em Trás-os-Montes, numerosos exemplos da criação abortada de estabelecimentos humanos (ou à nascença ou após algumas décadas). No vale do Douro isso também aconteceu, como aconteceram várias relocações (em Numão, em Ansiães, etc.). Se entre os séculos IX e XI parece claro o domínio da aldeia, na Baixa Idade Média multiplicam-se as vilas, a cidade domina o campo. O único caminho é estudar monograficamente cada localidade, aproveitando os documentos de fundação ou de apoio ao desenvolvimento, mas seguindo o destino dessas localidades ao longo dos séculos.

Por outro lado, sabemos que os problemas do povoamento não terminam «a

que determinado bien raíz está *iuxta* + un antropónimo masculino; y la parcela, en el momento en que ese bien raíz se halla *iuxta* + otro bien raíz. *Villa de Demeno; terra iuxta limitem* ou *iuxta terminum de Saborito; vinea iuxta terra de Didaco* serían, por tanto, pasos de la secuencia que los documentos permiten reconstruir» (José Angel García de Cortázar – *Las Formas de Organización Social del Espacio del Valle del Duero en la Alta Edad Media...cit.*, p. 19).

⁵³ Basta olhar para os itinerários régios conhecidos.

⁵⁴ E pensamos que a sua real importância política, económica, religiosa e militar deve ser reequacionada.

⁵⁵ Vejam-se os estudos de José Marques a propósito das relações entre o Norte de Portugal e a Galiza, envolvendo o Rio Minho.

⁵⁶ Separa mesmo, a nível nacional, um «Norte» de um «Sul»

meio» da primeira dinastia. O trabalho de José Marques sobre a arquidiocese de Braga mostra como no século XV se colocam delicados problemas demográficos, cuja cronologia deve ser bastante mais afinada; cada vez faz menos sentido falar na longa crise que começa na Peste Negra até uma tardia recuperação. Numão, por exemplo, parece estar a perder gente no início do século XV e continuar a perder gente aquando do *Numeramento de 1527*. Algumas terras despovoam-se e são abandonadas na Baixa Idade Média e já no século XVI: exactamente quando e porquê? É um dos desafios mais aliciantes colocados à investigação.

6. O VINHO

É da essência do nosso grupo procurar, no terreno ou nos arquivos, toda a *veritas* que possa residir *in vino*. Para o período medieval não antevemos, de momento, revelações espectaculares. Aparecem-nos regularmente vinhas ou vinho em contratos agrários, colectivos ou individuais, nos forais, nas cartas de povoamento – as taxas, os variados trabalhos que as videiras pedem; as terras nas quais o foreiro deverá fazer vinhas; as terras que foram vinha e já não são. Ânforas, lagares, recipientes que possam conter vestígios do vinho ou das uvas estão a ser estudados com atenção, conhecidas que são algumas das «ratoeiras» mais habituais: as ânforas podem ser de cereal, os lagares de azeite; e as datações são sempre problemáticas. Há numerosos e bons estudos monográficos que tratam da cultura da vinha em Portugal na Idade Média; a comparação entre os resultados desses estudos e os nossos ajudar-nos-á a evitar a tentação de «ver» vinho por todo o lado (porque sabemos que mais tarde, no Douro, vai ser assim).

Parece ter sido no período moderno, nas quintas das ordens religiosas, que se começa a produzir o tipo de vinho que estará na base do célebre *vinho do Porto*. Para a Idade Média, tentaremos cartografar as referências a vinhas; perceber se este vale (ou partes dele) revela maior vocação para tal cultivo do que outras regiões do país – e se as pessoas têm essa percepção. Os primeiros estudos a partir das inquirições sugerem uma frequência superior à média de pagamentos em vinho nas margens do Douro. Aproveitando sugestões de colegas espanhóis⁵⁷, observaremos com particular atenção o comércio dos vinhos «brancos» e «vermelhos» do Douro, feito no Porto, em Vila Nova de Gaia, em Lamego; o vinho vendido nas tabernas ou a bordo de barcos; introduzido na cidade pelo rio ou, clandestinamente, em carros de bois. E veremos os burgueses do Porto a investir em terras do termo – por todos, Pero Afonso *da Aveleda*!

⁵⁷ Remeto para a comunicação de Pascual Martínez Sopena a este Encontro, nomeadamente a propósito do comércio do vinho.

É possível que se conclua – perdoem-me esta «batota» ingénua, de tirar conclusões com o estudo a começar – que o vale do Douro, *todo* o vale do Douro, era boa terra de vinhos brancos e tintos. Claro que precisamos de saber mais.

7. CONCLUSÃO

Com o vinho como (excelente) pano de fundo, olhemos para o vale do Douro, sobretudo da Régua para montante. Olhemos para ele como zona pouco atractiva para o poder, para o rei, para os grandes senhores, para os estabelecimentos religiosos, zona de algumas vilas tardo-medievais misturadas com outras de génese pré-romana ou romana, de minúsculas aldeias das quais é tão difícil aproximarmos-nos. Que Douro legaremos aos nossos colegas da Época Moderna? Um Douro ainda periférico e «de fronteira», onde o Infante D. Henrique tem terras mas a Casa de Bragança não? Um Douro a despovoar-se? Torna-se imperioso limitar as ambições: no espaço, concentrando-nos no que hoje é a *região demarcada*, e não nos aventurando por Trás-os-Montes, pelas Beiras ou por Castela a não ser em casos excepcionais; no tempo, não tentando esclarecer tudo o que vai do tardo-romano ao manuelino, procurando definir *tempos fracos* e *tempos fortes* da ocupação humana; nas fontes, privilegiando forais, cartas de povoamento e aforamentos colectivos, *inquirições*, *capítulos especiais de cortes*, onde os houver. Mesmo definindo objectivos mais modestos, receamos que eles estejam bastante além das nossas capacidades e possibilidades. Como se o Douro fosse sempre maior do que nós.

